

RESOLUÇÃO Nº 163/2023

(Publicada no Diário Oficial de 27/12/2023)

(Republicada no Diário Oficial de 08/02/2024)

Alterada pelas Resoluções nºs 199/24 e 056/25.

Concede o benefício do Crédito Presumido do ICMS à INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E RAÇÃO ANIMAL AMS EIRELI.

O CONSELHO DELIBERATIVO DO PROBAHIA, no uso de suas atribuições e nos termos do Decreto nº 18.802, 20 de dezembro de 2018, que instituiu o Programa de Estímulo à Indústria do Estado da Bahia - PROIND e considerando o que consta do processo SEI nº 015.4020.2023.0003477-96,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E RAÇÃO ANIMAL AMS EIRELI, CNPJ nº 11.228.318/0001-40 e IE nº 084.488.486NO, instalada no município de Luís Eduardo Magalhães, neste Estado os seguintes benefícios:

I - Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS nas entradas decorrentes de importação do exterior, nas operações internas e nas aquisições interestaduais, relativamente ao diferencial de alíquotas de bens destinados ao ativo imobilizado, para o momento em que ocorrer sua desincorporação, com base no inciso XXV e §§§ 13, 14 e 15, art. 286 do Decreto nº 13.780/2012, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses.

II - Crédito Presumido de 80% (oitenta por cento) do ICMS a ser aplicado sobre o saldo devedor, apurado em cada período fiscal, como redutor do imposto apurado pelo regime de conta corrente fiscal, em relação às operações de saídas de outros produtos alimentícios (feijões e outros grãos, milho comum e de pipoca, grãos de cereais trabalhados, canjica, xerém, gritz de milho e outros, farinha e fubá de milho, amendoim, produtos à base de cereais, trigo para quibe, mingau, outros, resíduos de milho e cereais), corante (NCM 3203.00.30), grão de bico, lentilha e outros grãos e legumes (NCM 0713); alpiste, painço e outros cereais (NCM 1008) e preparações do tipo utilizado na alimentação de animais (NCM 2309), contado a partir de 1º de janeiro de 2024 até 31 de dezembro de 2032, nos termos do Decreto nº 18.802/2018.

Nota: A redação atual do inciso II do art. 1º foi dada pela Resolução nº 056 de 29/04/25, DOE de 10/05/25, efeitos a partir de 10/05/25.

Redação anterior dada ao inciso II do art. 1º pela Resolução nº 199 de 17/12/24, DOE de 21/12/24, efeitos de 21/12/24 a 09/05/25:

"II - Crédito Presumido de 80% (oitenta por cento) do ICMS a ser aplicado sobre o saldo devedor, apurado em cada período fiscal, como redutor do imposto apurado pelo regime de conta corrente fiscal, em relação às operações de saídas de outros produtos alimentícios (feijões e outros grãos, milho comum e de pipoca, grãos de cereais trabalhados - canjica, xerém, gritz de milho e outros -, farinha e fubá de milho, amendoim, produtos à base de cereais - trigo para quibe, mingau, outros -, resíduos de milho e cereais) e corante (NCM 3203.00.30), contado a partir de 1º de janeiro de 2024 até 31 de dezembro de 2032, nos termos do Decreto nº 18.802/2018."

Redação originária, efeitos até 20/12/24:

"II - Crédito Presumido de 80% (oitenta por cento) do ICMS a ser aplicado sobre o saldo devedor, apurado em cada período fiscal, como redutor do imposto apurado pelo regime de conta corrente fiscal, em relação às operações de saídas de outros produtos alimentícios (feijões e outros grãos, milho comum e de pipoca, grãos de cereais trabalhados - canjica, xerém, gritz de milho e outros -, farinha e fubá de milho, amendoim, produtos à base de cereais - trigo para quibe, mingau, outros -, resíduos de milho e cereais), contado a partir de 1º de janeiro de 2024 até 31 de dezembro de 2032, nos termos do Decreto nº 18.802/2018."

Parágrafo Único. fixa em R\$ 79.222,81 (setenta e nove mil, duzentos e vinte e dois reais e oitenta e um centavos), o valor do recolhimento mínimo anual do ICMS, que deve ser atualizado, anualmente, com base na variação acumulada do IPCA ou outro que venha a substituí-lo, a cada 12 (doze) meses, a partir do ano base.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, 19 de dezembro de 2023.

152ª Reunião Ordinária do Probahia

ÂNGELO MÁRIO CERQUEIRA DE ALMEIDA
Presidente